

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO IVINHEMA

Rua: Desembargador Leão Neto do Carmo, s/n, Q-3, S.3, Parque dos Poderes – CEP:

79031-902 – Campo Grande – MS - Telefones: (67) 3318-6142

E-mail: cbhrioivinhema@gmail.com

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

1 Aos nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, às 08 horas e 30 minutos, aconteceu a
2 **13ª Reunião Extraordinária** do CBH Ivinhema de forma presencial, 08h30min no Centro
3 Internacional de Convenções de Ponta Porã, localizado na Rua Baltazar Saldanha, Jardim Ipanema,
4 Ponta Porã – MS. **Abertura:** A Presidente do CBH Ivinhema Daniele Coelho Marques (FAMASUL
5 – Federação da Agricultura e Pecuária de MS), abriu a reunião com a participação dos seguintes
6 representantes e convidados, de acordo com lista de presença: **Membros:** Eliane Maria Garcia
7 (Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL); José Daniel de Freitas Filho
8 (UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados); Ana Beatriz Paiva Sá Earp de Melo (SENAR
9 - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural/MS); Claudio Furukawa (COPASUL - Cooperativa
10 Agrícola Sul Matogrossense); Leonardo da Silva Ramos (Associação dos Engenheiros Agrônomos
11 da Grande Dourados - AEAGRAN); Carlos Henrique Lemos Lopes (SEMAGRO); Haroldo Pradella
12 (FUNDAÇÃO MS); Lúcio Damália (Sindicato Rural de Dourados); Leonardo Sampaio Costa
13 (IMASUL); Sidinei Ambrosio Tambosi (CREA-MS); Carlos Eduardo Madureira Barbosa
14 (AEARB); Carulina Gomes de Menezes (Prefeitura Municipal de Dourados); Douglas Leite Pereira
15 (Prefeitura Municipal de Batayporã); Otávio Vieira de Melo (Sindicato Rural de Itaporã); Gilberto
16 Kyioharu Nishioka (Sindicato Rural de Dourados); Natália Machado Riberio de Moraes
17 (SANESUL); Daniele Coelho Marques (FAMASUL); José Simeão do Nascimento Filho
18 (AGRAER); **Convidados:** Sheyla Thays Vieira Barcelos (IMASUL); Carlos Henrique Ferreira Leal
19 (Ambiental MS Pantanal); Andreliz Silva Souza (SEMAGRO); Márcia Cristina de Alcântara Silva
20 (IMASUL); Zaida Siufi Pereira (Ambiental MS Pantana); Ítalo Franco Ribeiro (Prefeitura
21 Municipal de Dourados); Gabriela Lazari (IMASUL); Renan Bom Ribeiro (Prefeitura Municipal de
22 Batayporã). Justificaram ausência: Paulo Eduardo (AIEMS); Juari Farias de Jesus (SINERGIA);
23 Marcelo Bexiga (ANDAV); Telma Menezes de Araújo (Sindicato Rural de Nova Alvorada do Sul);
24 Cornélia Cristina Nagel (Prefeitura de Nova Andradina); Maria Aparecida Furtuoso (Prefeitura de
25 Glória de Dourados); Tarcila Souza de Castro Silva (EMBRAPA); Lenice Matos (CAIC); Bruno
26 Pimenta Dias (FUNAI); Érico Paredes (FIEMS); A Presidente cumprimenta a todos os presentes,
27 agradece a participação e informa que a pauta é especial e terá uma participação *on-line* do técnico
28 da Sanesul, chamou Leonardo Ramos Secretário Executivo (AEAGRAN) para leitura da pauta do
29 dia. Leonardo (AEAGRAN) leu o expediente do dia: 1) Aprovação da Ata da 39ª Reunião Ordinária;
30 2) Apresentação da Sanesul sobre as receitas e despesas com o tratamento de efluente por Tiago
31 Pereira Vieira ; 3) Apresentação dos ESTUDOS DE ENQUADRAMENTO DO RIO SÃO JOÃO
32 por Vagner (DEMETER); 3) DELIBERAÇÃO nº 36/2022 – Enquadramento do Rio São João; 5)
33 Informes Gerais: Representatividade na CIEA – Comissão Interinstitucional de Educação
34 Ambiental que terá reunião presencial dia 12/09; Deliberação CBH nº 35 – Grupo de Trabalho para
35 instituir a cobrança e a agência; ENCOB representante do CBH; Memória de Reunião do Grupo de
36 Trabalho sobre cobrança; Calendário de reuniões públicas do Enquadramento. Leonardo Sampaio
37 (IMASUL) argumenta sobre a inserção de pauta que é a Deliberação nº 35 que institui o Grupo de
38 Trabalho para Cobrança e Agência, que entrou nos informes, mas que deva ser deliberado nesta
39 reunião. Daniele Coelho (Famasul) pede ao Leonardo Sampaio (Imasul) explicar sobre a questão,
40 pois até o momento só haviam falado em cobrança e não agência, pede então para explicar o porquê
41 foi inserido a palavra agência. Leonardo Sampaio (Imasul) informa que primeiramente esse assunto



42 não estava na pauta, portando deve ser inserido, em segundo como a presidente falou, sempre que
43 se vai discutir a cobrança, já se discute junto a questão da agência de bacía. Esclarece que não é
44 necessário trabalhar os dois temas juntos, mas é melhor que o GT instituído também discuta sobre
45 a agência, para que não seja formado um novo grupo depois de discutir e ver a viabilidade da
46 cobrança, criar outro para discutir a agência. Para otimizar e não formar dois grupos específicos,
47 cria-se um único grupo para discutir os dois assuntos, porém os temas serão discutidos
48 separadamente pelo mesmo grupo. A presidente Daniele Coelho (Famasul) complementa dizendo,
49 que esse assunto estava nos informes gerais e precisa ser inserido como pauta. A presidente pergunta
50 aos presentes se todos concordam com a inserção de pauta, pois será apresentado para aprovação a
51 minuta de deliberação para ser votada. Eliane Maria (Imasul) esclarece que a minuta de deliberação
52 foi proposta baseada na deliberação do CBH Paranaíba, que também criou o GT para discutir ambos
53 os assuntos. Daniela Coelho (Famasul) acrescenta que gostaria que estivesse na deliberação um
54 artigo que garanta que um assunto só será discutido após esgotar o outro, é importante trazer para o
55 grupo especialista e pessoas que representam outros estados que já implantaram para nos capacitar
56 e acrescenta que é preciso verificar a viabilidade da implantação da cobrança no CBH Ivinhema.
57 José Daniel (UFGD) questiona se em reuniões extraordinárias é permitido pelo regimento interno a
58 inserção de pautas, ou as reuniões extraordinárias são para discutir uma pauta exclusiva. Leonardo
59 Sampaio (Imasul) responde ao José Daniel (UFGD) que pelo regimento interno não há impedimento
60 ou que seja especificado isso, portanto as reuniões extraordinárias podem discutir e deliberar
61 quantos assuntos forem necessários e ainda explica, que as reuniões extraordinárias, são aquelas
62 realizadas fora do planejamento anual, mas não especifica pautas e acrescenta que a minuta de
63 deliberação é apenas a formalização do GT que já está criado e discutindo as informações. A
64 inserção de pauta foi aprovada por todos. Em seguida a Presidente Daniele Coelho (FAMASUL)
65 pergunta se todos receberam o arquivo da ATA da 39ª Reunião Ordinária, e informa que José Daniel
66 enviou contribuições a ATA e se tem mais alguém tem considerações ao documento e pede para
67 projetar o documento para acompanhamento de todos. José Daniel (UFGD) explica que as
68 considerações foram enviadas no dia anterior a reunião e como são muitas e a Ata é de uma reunião
69 ordinária, solicita a retirada de pauta para que essa ata seja corrigida e aprovada na próxima reunião
70 ordinária. A presidente Daniele Coelho (Famasul) põe para aprovação e é aprovada a retirada de
71 pauta a ata da 39ª reunião ordinária. Dando sequência, a Presidente Daniele Coelho, passa para o
72 segundo item de pauta: 2) Apresentação da Sanesul sobre os recursos para o fornecimento de água
73 e tratamento de esgotos. Daniele (Famasul) explica que essa demanda foi sugerida na 39ª reunião
74 ordinária, devido a vasta discussões sobre os investimentos da Sanesul para tratamento e as
75 aprovações dos enquadramentos, acrescenta que o CBH fez o convite para a Sanesul e o Tiago irá
76 virtualmente explanar sobre o assunto. Tiago Vieira Pereira, é Gerente de Projetos da Coordenação
77 de Planejamento e Investimento PPP da Sanesul, inicia dizendo que em atendimento ao ofício
78 enviado pelo CBH Ivinhema traz algumas informações e vai apresentar para os membros, explica
79 que as informações que serão apresentadas são públicas e estão disponibilizadas nas Agência de
80 Regulação do estado (AGEPAN) ao qual é a entidade que monitora e fiscaliza os contratos da
81 empresa. Fala ainda que informações específicas como receitas e despesas que foi solicitado,
82 precisariam de autorização das concedentes, nos municípios, para trazer para o grupo. Tiago
83 (Sanesul) expõe que a organização da empresa que está presente em sessenta e oito municípios do
84 estado, com sessenta e seis operações e duas ainda em termos precários que não possuem contratos
85 de programa de acordo com a Lei nº 11.445/2007 atualizada pela Lei nº 14.026/2020. A Sanesul
86 está atualmente em 132 locais, sendo 68 sedes municipais e o restante são distritos, povoados e áreas
87 consolidadas de ocupação urbana pelo menos para operação de água. Atualmente tem 446 captações
88 subterrâneas, poços ativos, 14 estações de tratamento de água com captações superficiais. A

89 extensão da rede água chega a 10.600 quilômetros em todos esses municípios e a extensão da rede
90 de esgoto cerca de 4.000 quilômetros. São 656.000 contas de água emitidas data base dezembro de
91 2021 e 301.000 de esgoto. A população estimada e atendida com serviço de água está em torno de
92 1.600.000 pessoas nos 68 municípios quase 1.700.000 e 807.000 pessoas atendidas com esgoto. A
93 receita bruta conforme o balanço publicado foi 712.000.000,00. As coberturas globais para área de
94 atendimento são de 99% da população abrangida no contrato de abastecimento de água sendo das
95 áreas urbanas as áreas rurais não entram nessa cota e 58,08% da população para o serviço de
96 esgotamento sanitário, dados de agosto de 2022. Tiago (Sanesul) informa que vai apresentar os
97 dados dos municípios que compõem a bacia do rio Ivinhema, ainda sobre os investimentos para
98 atendimento aos contratos com os municípios são com recursos próprios ou financiados e ainda
99 recursos remanescentes de projetos diretamente com a união. Muitos contratos são realizados com
100 recursos oriundos dos municípios ou do governo do estado por meio da Agesul e Seinfra.
101 Atualmente 84% dos municípios da Bacia do Rio Ivinhema tem investimentos remanescentes em
102 andamento ou previstos para serem realizados para complementar meta de cobertura em
103 esgotamento sanitário, resultando num valor total de R\$630.000.000,00 de investimento, atendendo
104 16 municípios da UPG Ivinhema. A universalização do esgotamento sanitário para a 98% de
105 cobertura prevista até dezembro de 2030 vinculada a meta do contrato de PPP (Parceria Público
106 Privado) que a Sanesul assinou ano passado (2021). Sendo assim a Sanesul antecipa e, até três anos
107 o prazo estabelecido pela Lei nº 14.026/2020 do Novo Marco do Saneamento que vai até 2033.
108 Dando continuidade, apresentou os municípios e os investimentos de abastecimento e tratamento de
109 água e esgotamento sanitário. O município de Dourados (MBH Laranja Doce, Água Boa e Rio
110 Dourados) segundo o indicador da AGEPAN, a cobertura de 88,31% para esgotamento sanitário e
111 a Sanesul vai entregar até 90% com investimentos remanescentes do PAC 2013 4ª seleção que é a
112 implantação do interceptor junto ao córrego Laranja Doce e da elevatória Rona são obras em
113 andamento contratadas junto a Agesul. Na próxima semana sairá o contrato para ampliação da ETE
114 Laranja Doce que será a primeira estação de tratamento de esgoto da Sanesul que vai gerar água de
115 reuso, ela não foi pensada para o reuso mas tem todas as condições de gerar esse tipo de Serviço e
116 mais obras de ampliação das redes com recursos do PAC. A universalização pelo contrato de “PPP”
117 está previsto até 2026. Os investimentos (em reais) estão previstos no Programa de Universalização
118 com prazo de 2021 a 2049, sendo 45,755 milhões em água e 68,377 milhões para esgoto e outros
119 recursos 140,885 milhões, totalizando 255,017 milhões, as despesas estão previstas em 2,377
120 milhões e o valor do contrato está em 57,546 milhões. O município de Douradina (MBH Laranja
121 Doce) tem previsão de cobertura de água em 99% e esgoto 32,43% de acordo com a AGEPAN, para
122 isso serão investidos pelo contrato PPP, 1,5 milhões em água e 0,003 em esgoto e outros 2,357
123 milhões totalizando 3,859 milhões de investimento, tendo 36,938 milhões de despesas e o valor do
124 contrato está em 5,095 milhões. O município de Nova Andradina (MBH Baile) tem previsão de
125 cobertura de água em 99% e 84,6% com obras em andamento do Programa Avançar Cidades. Serão
126 investidos com recursos do PPP 6,135 milhões em água e 17,000 milhões em esgoto e 21,442
127 milhões de outras fontes, totalizando 44,558 milhões com 285 milhões de despesas. O município de
128 Taquarussu (MBH Baile) tem previsão de cobertura de água em 99% e 0,0% de esgoto, para isso
129 serão investidos 1,365 milhões em água e 0,171 milhões em esgoto e outras fontes no valor de 1,968
130 milhões dentro do prazo 2021 a 2049, totalizando 3,504 milhões com 24,471 milhões e 7,082
131 milhões valor do contrato. O município de Ponta Porã tem 99% de cobertura de água e vai chegar a
132 90% de esgoto, serão do Programa Avançar Cidades e do contrato PPP, 30,000 milhões de água e
133 2,335 milhões de esgoto e 40,135 milhões de outras fontes, totalizando 72,492 milhões, tendo como
134 despesas 662,795 milhões e o valor do contrato está em 47,603 milhões. O município de Vicentina
135 (MBH Jovino Dias) terá também 99% de cobertura de água e 26% em esgoto, serão investidos 682

136 mil em água e 871 mil em esgoto, outras fontes 3,216 milhões, despesas de 53,371 milhões e o valor
137 do contrato está em 6,263 milhões. O município de Deodápolis (MBH Córrego Lavadeiras) tem
138 cobertura de 99% de água e 22,25% de esgoto, serão investidos com recursos do PPP, 705 mil em
139 água e 1,738 milhões em esgoto, outras fontes 5,317 milhões, totalizando 7,760 milhões, tendo como
140 despesas 38,258 milhões e o valor do contrato é de 19,051 milhões. O município de Fátima do Sul
141 (MBH Rio Dourados) terá 99% de cobertura de água e 30,64% de esgoto, serão investidos pelo
142 contrato PPP, 3,400 milhões em água e 7 mil em esgoto, outras fontes 10,767 milhões, totalizando
143 14,173 milhões, despesas de 155,282 milhões e o valor do contrato é de 26,821 milhões. O
144 município de Angélica (MBH Piravevê) terá cobertura de 99% de água e 59,11% de esgoto, serão
145 investidos com recursos do contrato PPP, 858 mil em água e 34 mil em esgoto, outras fontes 4,6746
146 milhões, totalizando 4,639 milhões, as despesas estão previstas em 52,466 milhões e o valor do
147 contrato está em 13,861 milhões. O município de Ivinhema (MBH Ribeirão Piravevê) terá cobertura
148 de 99% de água e vai sair do 0 para 58,6%, serão investidos com recursos do PPP, 1,733 milhões
149 em água e 27,334 milhões em esgoto, outras fontes 10,893 milhões, totalizando 39,960 milhões, as
150 despesas estão em 116,663 milhões e o valor do contrato está em 26,159 milhões. O município de
151 Maracaju (MBH Córrego Montalvão) terá cobertura de 99% de água e 48,80% de esgoto, com a
152 universalização serão investidos 4,476 milhões em água e 4,129 milhões em esgoto, outras fontes
153 17,345 milhões, totalizando 25,949 milhões, as despesas estão previstas em 202,365 milhões e o
154 valor do contrato PPP é de 56,875 milhões. O município de Itaporã (MBH Córrego Canhadão) terá
155 cobertura de 99% de água e 59,1% de esgoto, com a universalização terá 1,997 milhões de
156 investimento em água e 9,855 milhões em esgoto, outras fontes 5,485 milhões, totalizando 17,337
157 milhões, tendo 63,387 milhões de despesas e o valor do contrato PPP é de 19,544 milhões. O
158 município de Novo Horizonte do Sul (MBH Rio Guirai) a cobertura de água será de 99% e vai sair
159 de 0 para 90% de esgoto, serão investidos pelo contrato PPP 1,341 milhões em água e 6,597 milhões
160 em esgoto, outras fontes 1,961 milhões, totalizando 9,899 milhões, as despesas serão de 25,023
161 milhões e o valor do contrato é de 399 mil. O município de Caarapó (MBH Córrego Caarapó) terá
162 cobertura de 99% de água e sai de 28% para 59% de esgoto, serão investidos pelo PPP, 7,483
163 milhões em água e 34,877 milhões em esgoto, outras fontes 11,530 milhões, totalizando 53,890
164 milhões, despesas de 170,459 milhões e o valor do contrato é de 4,457 milhões. O município de
165 Batayporã (MBH Córrego Esperança) terá cobertura de 99% de água e 80,6% de esgoto, serão
166 investidos pelo PPP, 1,999 milhões em água e 584 mil em esgoto, outras fontes 3,099 milhões,
167 totalizando 5,683 milhões, despesas de 45,481 milhões e o valor do contrato 5,403 milhões. O
168 município de Anaurilândia (MBH Rio Paraná) terá cobertura de 99% de água e sai de 59,9% para
169 90% de esgoto, serão investidos pelo PPP, 1,092 milhões em água e 4,162 milhões em esgoto, outras
170 fontes 3,422 milhões, totalizando 8,676 milhões, despesas de 48,187 milhões e o valor do contrato
171 é de 8,099 milhões. Todos os municípios juntos totalizam 122,20 milhões em água, 195,56 milhões
172 em esgoto, reinvestimento de 310,60 milhões, somando um total geral de 628,36 milhões. Informa
173 que a cada quatro anos a Sanesul faz revisão dos contratos e dos investimentos. Tiago (Sanesul)
174 comenta que são muitos investimentos em água pois a empresa está atendendo várias exigências da
175 Agência Nacional de Água e Saneamento (ANA) para redução de perdas, eficiência, uso de produtos
176 químicos, buscando a sustentabilidade do sistema, todas as empresas de saneamento terão que
177 adaptar seus contratos até 2026. Fala ainda que na revisão até 2025 o esgoto não aparecerá mais
178 como investimento para a Sanesul, pois para a ser investimento da concessionária e para a empresa
179 vai constar como despesa. Apresentou ainda uma tabela com os valores de cobrança das contas de
180 água e esgoto indicando as tarifas para os consumidores, fez uma comparação de tarifa de água e
181 esgoto cobrado pelo Sanesul e pela Águas de Guariroba, comentando que o operador privado tem
182 uma tarifa de valor bem maior que o operador público, que fica em torno de 44% mais barato.

Amil W. M. S.

X

183 Finaliza agradecendo e se põe à disposição para questionamentos que se fizerem necessárias.
184 Leonardo Ramos (AEAGRAN) questiona sobre os valores apresentados, com relação ao valor total
185 de investimento ser menor do que as despesas. Tiago Vieira (Sanesul) esclarece que os valores de
186 despesas são maiores devido a operação do sistema durante os 20 anos, e o investimento é menor
187 pois será feito em no máximo 2 anos, após a construção da obra as despesas aumentam para operar
188 o sistema, com isso a empresa fica no vermelho naquele município sendo custeado por outros que
189 geram receitas, fazendo o subsídio cruzado que a Lei nº 14.026/2020 permitiu definindo como
190 prestação regionalizada. Acrescentou que por exemplo em Anaurilândia somando-se os valores,
191 sobriam 8 milhões no negócio, desses 8 milhões, 2,2 milhões são ativos não normatizados, ou
192 seja, a infraestrutura construída que depreciou no tempo, mas que continua valendo alguma coisa,
193 na realidade esse contrato terá em 30 anos 6 milhões de reais, gerando em torno de 200 mil por ano,
194 acaba que o saneamento se torna um negócio não muito rentável. Conclui que o saneamento não
195 evoluiu ao longo dos anos, por ser um negócio de pouco investimento e um custo alto de operação,
196 para cada município uma realidade diferente. Esse modelo de apresentação do contrato está
197 estabelecido pelo Decreto nº 10.710, antes não era permitido trazer os ativos não normatizados, o
198 decreto mudou a forma de apresentação dos cálculos, porém ainda não existe uma norma para
199 calcular esses ativos, a ANA vai estabelecer normas para calcular os ativos não normatizados, a
200 partir daí terão que voltar e revisar todos os contratos novamente. Concluindo com a variação de
201 valores de cada município, a empresa perde em uns e ganha em outros, municípios maiores não dão
202 prejuízo, eles acabam gerando o financiamento dos demais. Daniele Coelho (Famasul) pergunta se
203 no caso dos 8 milhões é por ano. Tiago (Sanesul) responde que não, nesse caso de Anaurilândia os
204 08 milhões é para todo o contrato, geralmente a despesa representa 3 ou 4 x o valor do investimento.
205 Carulina (Prefeitura de Dourados) questionou sobre os investimentos o quanto a sociedade vai pagar
206 por eles, por exemplo, cada cavalete quanto vai onerar por ano para o cidadão, durante os 30 anos
207 de investimento e operação. Tiago (Sanesul) responde que hoje a Sanesul não tem como informar
208 esses dados, por conta de Lei a prestação de contas é regionalizada, e o serviço de saneamento tem
209 um valor estabelecido para todo o estado de MS. A conta mensal de água de cada cidadão custeia
210 todo o sistema, apesar da Sanesul ter conseguido recursos federais com o Programa Avançar Cidades
211 por exemplo, com quase 1 milhão nas duas etapas, tem um valor de empréstimo que a empresa vai
212 pagar e esse valor já está embutido na tarifa do consumidor. Em março desse ano teve uma revisão
213 tarifária por conta do novo marco regulatório do saneamento, a tarifa da Sanesul foi ajustada para
214 baixo do valor estabelecido, ficou estabelecido a tarifa consumo para todos os sistemas que a Sanesul
215 opera, hoje todos pagam o m³ consumido além da tarifa fixa calculado pelo valor do sistema
216 conforme a disponibilidade do serviço de água e esgoto na frente das residências. A empresa tem
217 muitas informações para compor as previsões, todos apresentam esses dados para a Agência de
218 Regulação que verifica que alguns custos baixaram muito e isso reverte em tarifa, apresentar quanto
219 cada consumidor vai pagar com os anos de investimento não tem como, pois, está tudo misturado.
220 O investimento nem o principal custo dessa conta, e sim a operação do sistema durante todo o prazo
221 do contrato. Carulina (Prefeitura de Dourados) ainda questiona sobre a questão do investimento para
222 o tratamento, como a transmissão estava deficiente, pois o Tiago (Sanesul) estava online, ele disse
223 que essa questão ficaria comprometida porque ele não conseguiu entender. Carulina (Prefeitura de
224 Dourados) disse que iria enviar essa questão via comitê para que a Sanesul possa responder. Daniel
225 (UFGD) pergunta via chat: Se o negócio é tão ruim assim, financeiramente, qual o motivo da
226 SANESUL "brigar" pela manutenção dos contratos nos municípios com prorrogação de 30 anos?
227 Isso sem contar que o instrumento de cobrança ainda não está implementado. Tiago (Sanesul)
228 responde que não é um negócio ruim, as taxas dos contratos têm em torno de 2% de rentabilidade,
229 cada real investido a empresa tem um retorno de 1 real e 2 centavos, e a questão da Sanesul brigar

Daniele Coelho MS

5 

230 pelos contratos é que essa questão da prestação regionalizada mantém o negócio de pé, onde alguns
231 municípios geram mais despesas e outros geram mais lucros, além disse tem a questão no nome da
232 empresa, o negócio pode ser ruim e não muito rentável mas tem a questão estratégica e ambiental,
233 e a Sanesul é uma estatal que não visa lucro e sim oferece serviço, pegando pela sua missão a
234 empresa é referência no serviço de saneamento de MS, ela não tem o objetivo de dar resultado no
235 negócio com o principal serviço do estado, tendo o compromisso com o governo do estado de prestar
236 melhor serviço em saneamento e com isso ampliar o serviço, por isso que a empresa briga para se
237 manter e é por isso que precisam de prazo nos contratos, se for menor do que 30 anos, não dá tempo
238 do investimento se pagar. Acrescentou que uma das coisas interessantes é que o serviço que a
239 empresa fornece é em menos o valor do que as empresas privadas. Natália (Sanesul) faz uma
240 pergunta que sempre é feita nas reuniões do comitê, sobre os investimentos para atingir a meta, a
241 questão é de onde vem esses recursos? Tiago (Sanesul) responde que grande parte das estações que
242 a empresa opera hoje, tanto em construção ou operação, todas elas já nascem nos projetos com
243 sistema pós tratamento, 90% das estações contam com sistema pós tratamento mesmo o mais
244 simplificados geram redução e resultados de nutrientes e patógenos, Acrescenta que há um
245 regramento, como é o caso dos municípios que atendem o Laranja Doce, tem todo um processo de
246 engenharia que não é simples, dá pra fazer uma estimativa de acordo com o regramento, o custo de
247 investimento conforme o padrão ambiental e esse custo hoje com a prestação regionalizada vai ser
248 diluído em todos os clientes nesse 1.600 mil clientes, daí que viria o recurso. Fala ainda que no
249 momento em que esses recursos ultrapassarem a margem de investimento da empresa, logicamente
250 vai haver um reajuste tarifário, no caso da bacia que tem um investimento para 19 município com
251 índice ambiental, justo, saudável e vai trazer melhoria em vários aspectos mas ultrapassa a margem
252 de investimento, será necessário fazer um reajuste na tarifa, dentro das normas da regulação no Mato
253 Grosso do Sul. Daniel (UFGD) ainda questiona: Isso sem contar que o instrumento de cobrança
254 ainda não está implementado? Tiago (Sanesul) responde que quando houver o pagamento pelo uso
255 da água, a empresa vai trazer para dentro do planejamento de investimento e vai entrar como
256 obrigação e passa a compor o Plano de Investimento também, provavelmente vai entrar como
257 despesa e verificar o quanto iria pagar, atualmente o custo de outorgas não é expressivo, mas se for
258 uma exigência que a empresa teria que pagar os 446 poços, as 9 ETAs em domínio de rios estaduais
259 e mais as 60 estações de esgoto, a gente está falando em 535 pontos de cobrança, a partir desse
260 momento teriam que planejar, essa questão já foi apontada pela área de meio ambiente da Sanesul,
261 que a partir do momento que começar a cobrar pelos usos, essa despesa terá que entrar no orçamento
262 e planejamento dos contratos de PPP, todos esses riscos e custos já estão materializados na previsão.
263 Acrescenta que a partir daí, provavelmente o Imasul vai estabelecer um valor de acordo com o
264 volume monitorado que é um dado regulatório também, se fosse um valor em torno de R\$15.000,00
265 para cada um dos 535 pontos de cobrança, seria um total de 7 milhões de reais por ano, não é nada
266 que assuste a empresa por conta do tamanho do negócio, mas é um custo considerável que deve
267 entrar no planejamento. Daniele Coelho (Famasul) questiona se a prestação de contas é
268 regionalizada, esse custo da cobrança for implantado em determinada bacia como vai ser feita essa
269 conta? Tiago (Sanesul) responde que há uns 6 anos atrás a empresa tinha a prestação fragmentada,
270 a partir do momento que regionalizou, estudaram os sistemas, inseriram a tarifa consumo,
271 atualmente a diretoria traz o planejamento global considerando os custos específicos de alguns
272 municípios mas dilui entre todos. A Presidente Daniele Coelho (Famasul) agradece a Tiago
273 (Sanesul) pela apresentação e participação e todos os esclarecimentos fornecidos, informou que o
274 CBH Ivinhema está iniciando as discussões sobre cobrança e que as informações trazidas nessa
275 palestra trouxeram bastante esclarecimento ao Grupo de Trabalho de Cobrança do CBH, encerrou
276 dizendo que o CBH Ivinhema está aberto para novas apresentação e repasse de informações para

324 Leonardo (Imasul) responde que entende os argumentos do Daniel (UFGD) que a preocupação dele
325 é importante e que o Grupo de Trabalho também teve essa mesma preocupação e trazer a proposta
326 para o comitê discutir e que nunca irão trazer propostas que venham em desacordo com o que a
327 sociedade pensa, o que gostaria de deixar claro para todos que o Grupo de Trabalho teve como
328 premissa na hora do estudo buscar a melhor qualidade de água para todos os locais que está sendo
329 proposto o enquadramento, tem alguns parâmetros técnicos que não se conseguiu detectar e
330 acrescenta que não houve intenção em momento algum de trazer propostas em desacordo com a
331 legislação que traz como premissa trechos 1, 2, 3 e 4 e a premissa desse estudo sempre foi trazer a
332 melhor qualidade e o melhor tratamento. Natália (Sanesul) argumenta que o trecho com classe 4 é a
333 montante da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) nesse caso o tratamento não interfere, pois
334 nesse trecho o rio já vem com classe 4 antes da ETE. Vagner (Demeter) complementa que a
335 montante da ETE já tem interferências e lançamentos e que vai aumentar a carga orgânica nesse
336 trecho. Daniel (UFGD) comenta que o Comitê é constituído pelo poder público, usuários e pela
337 sociedade civil e hoje onde está acontecendo essa reunião para enquadramento do rio local, a
338 Prefeitura de Ponta Porã também tem a obrigação de fazer e cuidar dessa questão urbana e rural,
339 quando a gente faz as discussões é para provocar para que cada um que tenha a obrigação de fazer
340 se comprometa aqui, conclui que não é só a Sanesul (usuária) que tem melhorar o tratamento o poder
341 público também tem suas responsabilidades de fazer a drenagem das águas superficiais e fazer a
342 fiscalização se tem rede de esgoto e se os munícipes estão ligados a rede de esgoto e se tiver
343 programa colaborar para que esse município se ligue na rede de esgoto inclusive até pagando, porque
344 muitas vezes eles tem fossas por não terem condições de ligar seu esgoto na rede. A presidente
345 Daniele Coelho (Famasul) coloca a minuta de Deliberação CBH Ivinhema nº 36 em aprovação que
346 que foi aprovada por unanimidade com um voto contra de Daniel (UFGD) tendo como parâmetros:
347 DBO, Oxigênio Dissolvido, Nitrogênio Amoniacal, Nitrito, Nitrato, Fósforo Total, Coliformes
348 Termotolerantes no fim de planejamento (Ano 21). Em sequência a Presidente colocando a minuta
349 de Deliberação CBH Ivinhema nº 35 que institui o Grupo de Trabalho para Cobrança e Agência
350 como inserção de pauta para aprovação, após alguns ajustes, sugestões e correções do texto a
351 deliberação foi aprovada por unanimidade. Dando prosseguimento a Presidente apresenta os
352 informe gerais: inicia dizendo que o CBH recebeu um convite para a reunião da Comissão
353 Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA/MS) a ser realizada no dia 09 de setembro/2022,
354 além de que o CBH precisa indicar um representante que com a nova gestão o membro que era
355 indicado não compõe mais o comitê, foi indicado Eliane Maria (Imasul) para representar o CBH na
356 CIEA/MS; A pedido da Presidente, Leonardo Sampaio (Imasul) relata sobre o Encontro Nacional
357 dos Comitês (ENCOB) acontece todo ano e esse ano foi realizado em Foz do Iguaçu em agosto,
358 reforçando a importância da participação dos membros no Encob que é uma experiência
359 enriquecedora para os colegiados, tem muita troca de experiências e informações, argumentou que
360 gostaria muito que os membros participassem e solicitou que para 2023 se programem para irem, o
361 evento acontece geralmente entre agosto e setembro de cada ano; em seguida chama Leonardo
362 Ramos (AEAGRAN) para repassar as informações da 1ª reunião do Grupo de Trabalho para
363 Cobrança; Leonardo (AEAGRAN) apresentou a memória da reunião aos membros, informou que
364 foi realizada no dia 18 de setembro a reunião virtual, participaram 20 pessoas, o Sidinei Tambosi
365 (CREA/MS) é o coordenador do grupo, foram divididas tarefas por segmentos: 1. Agricultura e
366 pecuária: representado pelo Paulo Eduardo Lima (AIEMS), 2. Saneamento Básico: representado pela
367 Flávia Pedron Machado (SANSESUL), 3. Indústrias e comércio: sem representante até o momento,
368 a Daniele Coelho (Famasul) sugeriu para a próxima reunião convidar especialistas da área para fazer
369 uma apresentação demonstrando quais comitês já tem cobrança do uso de água e quais são suas
370 metodologias para trazer informações e capacitar o grupo, a próxima reunião será na segunda



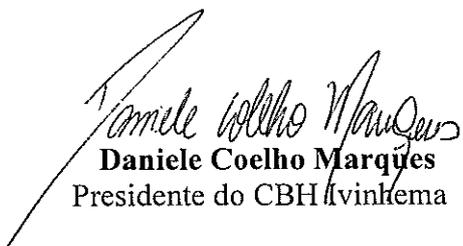
277 esclarecimento. Informa ainda que o CBH Ivinhema vai encaminhar via e-mail para a Sanesul o
278 questionamento da Carulina (Prefeitura de Dourados) que ficou comprometido. Tiago (Sanesul)
279 agradeceu a oportunidade e se coloca à disposição sempre que precisar para esclarecer e tirar dúvidas
280 desse colegiado, informou que a Sanesul está com proposta de levar esgotamento sanitário aos
281 distritos e povoados. Acrescenta que se pegar os contratos de PPP de todos os municípios a empresa
282 está atendendo em esgotamento sanitário 92% da população do estado, em torno de uns 8% estão
283 nesses povoados e distritos, quando é feita a conta são 120.000 pessoas sem rede de esgoto e como
284 trazer eles para dentro do sistema, muitas vezes é um serviço que não tem como vingar, pois tem
285 muitos municípios pequenos e distantes para atingir corpos receptores com condições ambientais de
286 receber um tratamento mais simplificado já que são comunidades de pequeno porte e deixa essa
287 provocação para o comitê refletir e saber como interligar essa população, muitas vezes em alguns
288 distritos a demanda é tão urgente quanto em sedes de municípios que além de ter água potável é
289 necessário ter um sistema de esgotamento sanitário. Dando prosseguimento a Presidente chama
290 Vagner (Demeter) para Apresentação dos ESTUDOS DE ENQUADRAMENTO DO RIO SÃO
291 JOÃO; Vagner (Demeter) inicia a fala cumprimentando os presentes e apresentando resultado final
292 do Enquadramento do Rio São João, focando no quadro de metas e nos mapas. Lembrou que já foi
293 apresentado nesse colegiado, o diagnóstico, prognóstico e as proposições, bem como as
294 contribuições do CBH e da reunião pública realizada em Ponta Porã no dia 21 de junho de 2022, e
295 retorna agora ao comitê para avaliar e aprovar a proposta de enquadramento, foram enviados
296 também muitas propostas de correção que já foram incorporadas ao documento. Apresenta as
297 propostas de enquadramento: Metas Progressivas e Intermediárias de qualidade para o horizonte de
298 planejamento; Prazo – Imediato/Curto/Médio e Longo e Horizonte – 0 a 5 anos/06 a 10 anos/11 a
299 15 anos/16 a 21 anos; Apresentou cinquenta dois mapas indicando os trechos do Rio São João
300 enquadrados de acordo com as classes 1, 2, 3 e 4 conforme os parâmetros de lançamento, apresenta
301 a tabela de Metas Progressivas e Intermediárias de qualidade para o horizonte de 21 anos de
302 planejamento e finaliza dizendo que após a aprovação da deliberação que aprova o enquadramento
303 passará para aprovação final do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) e abre espaço
304 para questionamentos. Sidinei Tambosi (CREA/MS) questiona se a DBO ficou classe 2 em todos
305 os trechos? Vagner responde que não necessariamente, pois tem um pequeno trecho apresentado no
306 quadro que será classe 3, informa que foi classificado o mínimo possível dos trechos em classe 3.
307 Daniel (UFGD) comenta que considera inadmissível num horizonte de 20 anos ter trechos com
308 classe 4, argumenta que classe 4 em 20 anos é praticamente não fazer nada, e outro questionamento
309 quando a empresa justifica que a universalização para manter determinados trechos como classe
310 ruim passa a ideia de que a universalização é algo ruim, passando a ideia de que o esgoto será
311 coletado e lançado imediatamente no rio não apresentando uma melhoria no tratamento do esgoto e
312 comenta que a justificativa deve vir com outras argumentações tipo o investimento, o volume.
313 Daniel (UFGD) ainda argumenta que essa questão do enquadramento é também de responsabilidade
314 dos administradores municipais, uma coisa é o comitê discutir o enquadramento para 20 anos outra
315 coisa é saber se os municípios vão executar suas tarefas, como estão discutindo com a Sanesul que
316 é usuário e finaliza questionando que não se pode ter no enquadramento classe 4 ao final de 20 anos
317 e não ter melhoria de qualidade do recurso. Vagner (Demeter) responde que o trecho já vem com
318 classe 4 pois pega o lançamento de toda a sociedade, acrescenta que a proposta é estabelecer metas
319 que são factíveis de executar baseado nos planejamentos existentes e estabelecer outras metas. A
320 Sanesul tem metas de expandir o sistema de esgotamento e metas de melhoria para remoção de
321 nutrientes, comenta que Daniel (UFGD) trouxe essa questão da classe 4, e explica que tem trechos
322 que estão dentro de cidades e que trazem essa classe 4, além de quem tem os lançamentos difusos.
323 Vagner (Demeter) ainda argumenta que não é possível trazer metas que não serão cumpridas.

Sidinei Tambosi MS



371 quinzena de novembro; Finalizando, a Presidente apresentou o calendário de reuniões públicas sobre
372 o enquadramento para o restante do ano para conhecimento e participação de todos. **Encerramento.**
373 Não havendo outros assuntos a tratar, a Diretoria agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.
374 Esta será assinada por mim, pelo Presidente e, em anexo, a relação dos membros presente que
375 assinaram a lista de presença, via formulário *Google* e relacionadas na presente Ata na verificação
376 do quórum.

Campo Grande/MS, 04 de setembro de 2022.



Daniele Coelho Marques
Presidente do CBH Ivinhema



Leonardo da Silva Ramos
2º Secretário do CBH Ivinhema

LISTA DE PRESENÇA



13ª Reunião do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Ivinhema

NOME	CIDADE	Nome da Entidade	Titularidade	Segmento representação	Carimbo de data/hora
ELIANE MARIA GARCIA	CAMPO GRANDE - MS	IMASUL - Instituto de Meio	SUPLENTE	Poder Público	9/9/2022 9:01:54
JOSÉ DANIEL DE FREITAS FILHO	DOURADOS	UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados	TITULAR	Sociedade Civil	9/9/2022 8:40:37
MURILO EDUARDO FRANCISCON	CAMPO GRANDE	Sindicato Rural de Anaurilândia	TITULAR	Usuários	9/9/2022 8:41:01
ANA BEATRIZ PAIVA SÁ EARP DE MELO	CAMPO GRANDE	SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional de Mato Grosso do Sul	TITULAR	Sociedade Civil	9/9/2022 8:43:25
CLAUDIO FURUKAWA	NAVIRAÍ	COPASUL - Cooperativa Agrícola Sul Matogrossense	SUPLENTE	Usuários	9/9/2022 8:43:27
LEONARDO DA SILVA RAMOS	DOURADOS	Associação dos Engenheiros Agrônomos da Grande Dourados - AEAGRAN	TITULAR	Sociedade Civil	9/9/2022 8:44:07
CARLOS HENRIQUE LEMOS LOPES	CAMPO GRANDE - MS	SEMAGRO - Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar	SUPLENTE	Poder Público	9/9/2022 8:45:32

HAROLDO PRADELLA	DOURADOS	FUNDAÇÃO MS para Pesquisa e Difusão de Tecnologia Agropecuária	TITULAR	Sociedade Civil	9/9/2022 8:48:38
LUCIO DAMALIA	SANTA RITA DO PASSO QUATRO	Sindicato Rural de Dourados	TITULAR	Usuários	9/9/2022 8:50:07
LEONARDO SAMPAIO COSTA	CAMPO GRANDE - MS	IMASUL - Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul	TITULAR	Poder Público	9/9/2022 8:53:53
SIDENEI AMBROSIO TAMBOSI	RIO BRILHANTE	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul - CREA-MS	TITULAR	Sociedade Civil	9/9/2022 9:06:32
CARLOS EDUARDO MADUREIRA BARBOSA	RIO BRILHANTE	Associação dos Engenheiros Agrônomos de Rio Brilhante - AEARB	SUPLENTE	Sociedade Civil	9/9/2022 9:11:41
CARULINA GOMES DE MENEZES	DOURADOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS	SUPLENTE	Poder Público	9/9/2022 9:13:10
DOUGLAS LEITE PEREIRA	BATAYPORÃ	PREFEITURA MUNICIPAL DE BATAYPORÃ	TITULAR	Poder Público	9/9/2022 9:55:28
OTÁVIO VIEIRA DE MELO	ITAPORÃ	Sindicato Rural de Itaporã	TITULAR	Usuários	9/9/2022 8:46:57
GILBERTO KYIOHARU NISHIOKA	ANAUROLÂNDIA	Sindicato Rural de Dourados	SUPLENTE	Usuários	9/9/2022 8:51:47
NATÁLIA MACHADO RIBEIRO DE MORAIS	CAMPO GRANDE	SANESUL - Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul	SUPLENTE	Usuários	9/9/2022 8:57:01
DANIELE COELHO MARQUES	CAMPO GRANDE	FAMASUL - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de MS	TITULAR	Usuários	9/9/2022 9:27:43
JOSÉ SIMEÃO DO NASCIMENTO FILHO	IVINHEMA	AGRAER - Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural	TITULAR	Poder Público	9/9/2022 10:05:02
SHEYLA THAYS VIEIRA BARCELOS	CAMPO GRANDE	IMASUL - Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul	CONVIDADO	CONVIDADO	9/9/2022 8:53:59
CARLOS HENRIQUE FERREIRA LEAL	CAMPO GRANDE	AMBIENTAL MS PANTANAL	CONVIDADO	CONVIDADO	9/9/2022 8:58:40

ANDRELIZ SILVA SOUZA	CAMPO GRANDE	SEMAGRO - Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar	CONVIDADO	CONVIDADO	9/9/2022 8:59:18
MARCIA CRISTINA DE ALCÂNTARA SILVA	CAMPO GRANDE	IMASUL - Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul	CONVIDADO	CONVIDADO	9/9/2022 9:04:38
ZAIDA SIUFI PEREIRA	CAMPO GRANDE	AMBIENTAL MS PANTANAL	CONVIDADO	CONVIDADO	9/9/2022 9:08:05
ÍTALO FRANCO RIBEIRO	DOURADOS	IMAM - PREFEITURA DE DOURADOS	CONVIDADO	CONVIDADO	9/9/2022 9:14:42
GABRIELA LAZARI	CAMPO GRANDE	IMASUL - Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul	CONVIDADO	CONVIDADO	9/9/2022 9:30:14
RENAN BOM RIBEIRO	BATAYPORÃ	PREFEITURA DE BATAYPORÃ-MS	CONVIDADO	CONVIDADO	9/9/2022 10:00:00